



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 986/2020/PRESID

Brasília, 22 de outubro de 2020.

Aos Senhores

Antônio Celso Fonseca Pugliese e

André Guimarães Avillés

Escritório de Advocacia VPBG

Rua São Tomé, nº 86, - 17º andar

04551-080 – São Paulo/SP

Prezados Senhores,

Tendo chegado ao conhecimento desta Presidência - a qual, inclusive instada a manifestar-se -, notificação enviada por ATVOS AGROINDUSTRIAL INVESTIMENTOS S.A., mencionando que:

(i) a ATVOS INVESTIMENTOS é acionista da Atvos Agroindustrial S.A., segunda maior produtora de etanol do país e proprietária de Imóveis Rurais no Brasil com extensão de 585 ha ou 1267 Módulos de Exploração Indefinida (“MEI”), conforme métricas estabelecidas pela Instrução Especial nº 05-A/19735, pela Portaria nº 36/19976 e pelo Índice Básico do Sistema de Cadastro Rural do INCRA;

(ii) a ATVOS INVESTIMENTOS constituiu garantia fiduciária sobre parte das ações que possui na Atvos Agroindustrial S.A. em favor de NATIXIS NEW YORK BRANCH, sociedade estrangeira sediada na França;

(iii) a NATIXIS consolidou a propriedade das ações a ela entregues em garantia fiduciária e as vendeu para a LSF10 BRAZIL U.S. HOLDINGS, LLC, pessoa jurídica estrangeira sediada em Delaware/EUA e vinculada ao fundo Lone Star;

(iv) A LSF10 BRAZIL vem, assim, tentando assumir o controle acionário da Atvos Agroindustrial e de seu Grupo;

(v) a operação de venda pela NATIXIS das ações a ela entregues em garantia fiduciária para a LSF10 BRAZIL seria nula por violar normas de ordem pública de interesse do Congresso Nacional previstas no art. 190 da Constituição Federal, na Lei 5.709/71 e na Lei nº 8.629/1993;

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>



SENADO FEDERAL
Presidência

(vi) a LSF10 BRAZIL apresentou manifestação informando que apenas a aquisição direta de Imóveis Rurais por estrangeiros demandaria autorização do Congresso Nacional e que, assim, a aquisição do controle acionário da Atvos Agroindustrial não precisaria ser autorizada pelo Congresso Nacional;

(vii) a LSF10 BRAZIL também informou que alterações na legislação que permitiriam a constituição de garantia fiduciária sobre as ações da Atvos Agroindustrial em favor de pessoa jurídica estrangeira teriam retirado a necessidade de prévia autorização do Congresso Nacional para a posterior venda particular dessas ações pelo credor fiduciário para outra pessoa jurídica estrangeira.

Como se sabe, e demanda nossa Carta Magna, a aquisição de imóveis rurais no Brasil por estrangeiros pode ser feita direta ou indiretamente, nos casos em que o estrangeiro adquira os Imóveis Rurais em seu nome, transferindo a matrícula perante o Registro de Imóveis ou por meio da aquisição de participações em empresas que sejam as proprietárias dos Imóveis Rurais.

Nesse contexto, vê-se que essas duas operações de venda de Imóveis Rurais possuem o mesmo conteúdo econômico e levam aos mesmos efeitos jurídicos, possibilitando e permitindo que o estrangeiro seja proprietário, direta ou indiretamente, de Imóveis Rurais no país.

No caso da Atvos Agroindustrial, a venda pela NATIXIS das ações que representam seu controle acionário para a LSF10 BRAZIL, salvo melhor juízo, teria como efeito a transferência dos Imóveis Rurais das empresas do Grupo Atvos para pessoa jurídica estrangeira sem qualquer autorização do Poder Público, violando não apenas o art. 190 da Constituição Federal, a Lei 5.709/71 e a Lei nº 8.629/1993, como o Decreto nº 74.965/1974 e a IN 88 de 2017 do INCRA que estabelecem a necessidade de prévia autorização pelo Congresso Nacional também para os casos de transferência do controle acionário de empresas proprietárias de Imóveis Rurais no Brasil.

Assim sendo, a aquisição do controle da Atvos Agroindustrial pela LSF10 BRAZIL, assim, é equiparada por Lei à compra direta dos Imóveis Rurais de propriedade da Atvos Agroindustrial.



SENADO FEDERAL
Presidência

Portanto, essa aquisição está, assim, sujeita à prévia autorização deste Congresso Nacional, em razão da extensão dos Imóveis Rurais que neste caso é superior a 100 Módulos de Exploração Indefinida, tornando nula essa venda até que eventual autorização seja concedida nos termos dos arts. 15 da Lei 5.709/71 e 26 da IN 88 de 2017 do INCRA. A recepção dessa Lei pela Constituição Federal de 1988 foi reconhecida pela Advocacia Geral da União em seu parecer LA-01 de 19.8.2010, entendimento amparado pelo Supremo Tribunal Federal em decisão na ADPF 342.

Cabe verificar, ainda, que a Lei 13.986/2020, Lei do Agro, não alterou a exigência de prévia autorização deste Congresso Nacional para a venda do controle da Atvos Agroindustrial para a LSF10 BRAZIL.

Em verdade, essa Lei permitiu apenas a constituição da garantia fiduciária sobre Imóveis Rurais em favor de pessoa jurídica estrangeira para que ela assumira a posição de credora fiduciária e, no caso de inadimplemento da dívida, consolide a propriedade fiduciária.

Esses são os termos do art. 1º, §2º, II e III da Lei 13.986/2020.

§ 2º As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam:

II - às hipóteses de constituição de garantia real, inclusive a transmissão da propriedade fiduciária em favor de pessoa jurídica, nacional ou estrangeira.

III - aos casos de recebimento de imóvel em liquidação de transação com pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, ou pessoa jurídica nacional da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu

capital social e que residam ou tenham sede no exterior, por meio de realização de garantia real, de dação em pagamento ou de qualquer outra forma.

O credor fiduciário, contudo, no caso de inadimplemento da dívida, tem a obrigação de vender para terceiro os Imóveis Rurais ou as ações que representam o controle acionário da



SENADO FEDERAL
Presidência

empresa proprietária dos Imóveis Rurais, nos termos do art. 1228 do Código Civil, utilizando o valor dessa venda para pagamento de seu crédito.

A alienação fiduciária é apenas uma garantia e não transfere ao credor fiduciário o domínio pleno dos Imóveis Rurais ou das ações. Eles ficam vinculados ao cumprimento da obrigação garantida, mas não passam para a propriedade do credor fiduciário.

A eventual venda dos Imóveis Rurais ou das ações a terceiro que seja pessoa jurídica estrangeira deve, assim, ser levada previamente para conhecimento e autorização do Congresso Nacional quando os Imóveis Rurais tenham extensão superior a 100 Módulos de Exploração Indefinida.

O entendimento de que a venda particular dos Imóveis Rurais ou das ações a pessoa jurídica estrangeira no contexto de uma alienação fiduciária em garantia teria tratamento distinto e não se sujeitaria a qualquer controle do Poder Público seria manifesta fraude à lei e violação ao art. 190 da Constituição Federal. Seria dizer que, usando um contrato de alienação fiduciária em garantia, todos os Imóveis Rurais do país poderiam ser vendidos a estrangeiros sem o conhecimento ou autorização do Congresso Nacional.

A venda sem qualquer controle dos Imóveis Rurais a estrangeiros representaria risco à própria soberania nacional já que se trata do uso do território por estrangeiros e, no caso do Brasil, de bens essenciais para o desenvolvimento da economia e da política fundiária do país. Essa é a razão para que o art. 190 da Constituição Federal, a Lei 5.709/71 e a Lei nº 8.629/1993 tenham previsto a necessidade de que qualquer estrangeiro interessado na aquisição, direta ou indireta, de Imóveis Rurais no Brasil peça prévia autorização do Poder Público.

Nesse sentido, considerando que este Congresso Nacional tem interesse jurídico e o dever de tomar as medidas necessárias para o cumprimento da Constituição Federal e preservação da soberania e interesses nacionais e que a aquisição do controle acionário da Atvos Agroindustrial pela LSF10 BRAZIL não poderia ser contratada sem a prévia autorização do Congresso Nacional em razão da extensão dos Imóveis Rurais de propriedade do Grupo Atvos,

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>



SENADO FEDERAL
Presidência

ficam assim todas as partes envolvidas no negócio (ATVOS INVESTIMENTOS, Atvos AgroIndustrial S.A., NATIXIS NEW YORK BRANCH e LSF10 BRAZIL U.S. HOLDINGS, LLC) alertadas que não poderão ser praticados quaisquer atos de transmissão do controle acionário da Atvos AgroIndustrial para a LSF10 BRAZIL antes de que o regular pedido de autorização para essa venda seja levado e eventualmente aprovado por este Congresso Nacional, SOB PENA de serem tomadas as medidas cabíveis, inclusive com encaminhamento ao Ministério Público Federal para apuração das responsabilidades constitucionais, penais e cíveis dos que atuam para que Imóveis Rurais em território nacional sejam controlados por estrangeiros sem o devido respeito aos ditames constitucionais vigentes.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul, consistindo de um traço contínuo que forma um círculo com uma linha que se eleva e se curva para cima, terminando em um ponto.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Com Cópia para:

- ATVOS AGROINDUSTRIAL INVESTIMENTOS S.A
- ATVOS AGROINDUSTRIAL S.A
- ATVOS AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP nº 05.501-050